

O RECIFE E OS MOTINS ANTILUSITANOS NOS ANOS QUE ANTECEDERAM A INSURREIÇÃO PRAIEIRA: O APRENDIZADO DO PROTESTO POPULAR E OUTRAS VARIAÇÕES

Bruno Augusto Dornelas Câmara^{253*}

Resumo

Em meados da década de 1840, o Recife foi palco de sete violentas manifestações de rua, chamadas de *mata-marinheiros*, pois seu alvo principal era a comunidade portuguesa residente na cidade. Segundo os registros existentes, os promotores desses distúrbios não agiam com total independência, mas subordinados a um grupo dirigente, cuja liderança era do Partido Praieiro e de parte da facção liberal alijada do poder. Assim, aquelas mobilizações de rua foram vistas como fruto do clientelismo urbano. O presente artigo discute o antilusitanismo das classes populares, enfatizando suas ações durante esses motins de rua e analisando até que ponto a “população do Recife” agia por motivação política própria, uma vez que esses *mata-marinheiros* podem ser entendidos como uma das mais significativas facetas do protesto popular no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: antilusitanismo, protesto popular, mata-marinheiro.

Abstract

During the 1840's, seven violent attacks against Portuguese immigrants in Recife, Brazil, and various demonstrations of violence became known as *mata-marinheiros*. These demonstrations, street riots targeting Portuguese immigrants, had the objective to promote fear in the Portuguese community from Recife. The existing records demonstrate that the individuals responsible for enacting these acts of violence were not acting independently. The protesters were subordinated to a leader, whose leadership was either connected with the Praieiro Party or the Liberal party. In that light, the actions of violence towards this community of Portuguese immigrants were the result of urban patronage. This article reconstructs the dramatic historical framework on which Anti-Portuguese riots took place. It examines the extent of the violent attacks towards the Portuguese community and

^{253*} Doutorando em História pela UFPE, onde é orientado pelo Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho. É bolsista da Capes.

analyzes the motives of the “população do Recife” to act independently and on their own. The protests against those from Portugal in Recife is one of the most significant popular protests in nineteenth-century Brazil.

Keywords: anti-Portuguese, popular protest, mata-marinheiro (Anti-Portuguese riot).

Na história da Província de Pernambuco, um dos momentos mais agitados foi sem sombra de dúvidas a Insurreição Praieira, movimento armado que ameaçou a ordem do Império de Pedro II. Porém, antes da Praieira eclodir, a cidade do Recife, capital e sede do governo provincial, foi cenário de grandes disputas políticas em que atuaram diversos grupos. Presentes nessas disputas estavam tanto políticos e correligionários do partido conservador e alguns aliados do antigo partido liberal ligados ao chefe político Francisco do Rego Barros – o Barão da Boa Vista –, como também por aqueles que representavam os *Praieiros*, uma dissidência do partido liberal na província.

Contudo, aderiram a essas disputas novos atores oriundos de grupos sociais que até então eram considerados politicamente “subalternos”, normalmente alijados de qualquer articulação formal com o poder. A presença desses participantes é marcante em vários momentos, sobretudo nos tumultos de rua que marcaram aquele período.

Entre 1844 e 1848, o Recife foi palco de aproximadamente sete *mata-marinheiros* – violentas manifestações de rua que colocavam em desespero a comunidade portuguesa residente na cidade. Essas manifestações refletiam não só o clima político difícil e propenso a desordem, mas também reivindicações específicas dos promotores e participantes desses eventos. É sobre esses mata-marinheiros e seus participantes que versa o presente artigo.

Não é tarefa fácil contar em detalhes como cada uma dessas explosões de fúria popular realmente ocorreu. As fontes disponíveis muitas vezes se limitam a poucos comentários e narrativas desconexas sobre o acontecimento. Além disso, essas fontes não privilegiam uma visão popular sobre esses levantes. Pelo contrário, descrevem sempre as ações dos amotinados de forma depreciativa, perdida na sua totalidade e sem lógica própria.

Sabe-se que o primeiro grande mata-marinheiro dos anos quarenta ocorreu entre os dias 08 e 10 de setembro de 1844, quando as comemorações de aniversário da Independência do país terminam em confusão. Houve quebra-quebra em algumas ruas da cidade e vários portugueses são espancados. Pouco tempo depois do tumulto, os artistas e obreiros nacionais assinaram um requerimento em que se pedia aos “Poderes Superiores do Estado” a expulsão dos artistas estrangeiros e a proibição de certos produtos da indústria européia²⁵⁴.

Um ano depois do primeiro incidente, em 25 de setembro de 1845, surgiu no Recife um boato sobre o assassinato de um dos irmãos Carneiro, Francisco Carneiro Machado Rios, por adversários políticos no seu sítio do Janga. Os sinos do Convento de São Francisco tocaram o dobre de finados. Atraída pelas badaladas dos sinos ou pela notícia que rápido se espalhou, uma multidão formada pela “gentilha em massa” (como classificou o *Diário de Pernambuco*) saiu dos Afogados, de São José e da Boa Vista em direção a rua da Cadeia, no centro da cidade, onde estava o irmão da suposta vítima, o então Comandante do Corpo de Polícia, Antônio Carneiro, com uma forte escolta policial, jurando vingar a morte do irmão²⁵⁵. Houve um

²⁵⁴ FIGUEIRA DE MELO, Jeronymo Martiniano. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Introdução Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1978 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos), p. 03.

²⁵⁵ Antônio Carneiro Machado Rios e seu irmão Francisco participaram intensamente das querelas políticas ocorridas na Província de Pernambuco. Ainda nos anos trinta, eles aparecem como principais protagonistas de uma série de levantes que ficaram para a história como as “Carneiradas”. Quando ocorre a cisão do antigo partido liberal em Pernambuco,

prelúdio de tumulto. Vários comerciantes fecharam as suas lojas temendo o que estava por acontecer. Antes que a confusão se fizesse, o boato foi desmentido²⁵⁶.

Dois anos depois, na noite de 07 de setembro de 1847, ocorreu um tumulto em frente a uma casa no pátio de São Pedro, onde se realizava um baile em comemoração à Independência²⁵⁷. Detalhe: o baile era organizado por mestres artesões portugueses. Algumas pessoas que estavam de fora da festança começaram a apedrejar o edifício e os convidados. Essa não foi a única vez que festividades e reuniões sociais acabavam em violência.

Na noite de sábado, dia 04 de dezembro de 1847, madrugada de domingo de 05 de dezembro, um outro baile realizado na sede da sociedade *Philo-Terpsichore* acabou em confusão. Uma multidão se reuniu em frente ao prédio e passou a apedrejar as pessoas que chegaram na varanda. Muitas vidraças são quebradas e alguns convidados que se aventuraram a abandonar o prédio foram espancados. Segundo o jornal conservador *O Lيدador*, o ataque à sede da sociedade teria sido premeditado, pois, às sete horas da noite, o mestre-sala do baile teria sido avisado dessas “intenções sinistras”. Ele teria pedido proteção ao subdelegado da freguesia, mas foi impossível evitar o ataque. Segundo esse mesmo periódico, muitos homens que se aventuraram a sair do recinto foram arrancados dos “braços das senhoras que acompanhavam” para logo em seguida receberem pancadas. Muita gente esperou o dia clarear para poder sair. Mas, mesmo com o dia claro, esses convidados ainda correram perigo. Alguns portugueses saíram praticamente escoltados por um grupo de senhoras. Os que se

os Carneiros vão se abrigar no guarda chuva político aberto pelo Partido Praieiro. Mas, pouco tempo depois ocorre o rompimento. Durante a Insurreição Praieira, eles ficaram do lado dos conservadores, inclusive participando diretamente da repressão aos revoltosos, no ataque ao Recife.

²⁵⁶ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. “O levante de 1845 em Pernambuco”. In. *Revista Clio*, n. 2, 1978, pp. 37-47.

²⁵⁷ APEJE, A Grande Tempestade, 14.09.1847, n. 01.

afastaram do grupo tiveram que correr ou encarar algumas cacetadas. Chegaram a apanhar também alguns incautos que nada tinham a ver com o baile e que àquela hora da manhã apenas se dirigiam à missa. Provavelmente, foram confundidos com portugueses²⁵⁸.

Quatro dias depois, na noite de 08 de dezembro de 1847, durante as comemorações da festa de Nossa Senhora da Conceição, houve uma queima de fogos de artifício no Arco da Conceição, em frente à Rua da Cadeia, onde juntou muita gente. Segundo o chefe de polícia, “alguns homens turbulentos”, que estavam na ocasião, começaram a provocar os portugueses por “meio de vozerias anárquicas e ameaçadoras”²⁵⁹. De acordo com *O Lídador*, a pancadaria se iniciou quando um “bando de selvagens” resolveu acender por conta própria os fogos de artifício. Muita gente apanhou; até mesmo o diretor dos festejos. As janelas de algumas casas de estrangeiros foram apedrejadas e depredados cerca de duzentos lampiões. Tudo ao som dos gritos de “fora os estrangeiros, a terra é nossa, morram os marinheiros”, misturados com repetidos “viva ao Imperador”²⁶⁰. O motim se espalhou por outras ruas como a da Cruz, do Vigário e do Encantamento, indo até o Forte do Matos. Ainda segundo esse periódico, um “troço de cavalaria” teria carregado em cima dos amotinados, que entraram em becos e ruas adjacentes, mas não pararam de promover desordem. Uma tropa de linha, formada de 40 a 50 homens, saiu do quartel para conter os ânimos dos desordeiros²⁶¹.

²⁵⁸ APEJE, *O Lídador*, 11.12.1847, n. 235. Ver também: *Diário de Pernambuco*, 09.12.1847, n. 278 e 11.12.1847, n. 280; *A Voz do Brasil*, 11.12.1847, n. 08 e 05.02.1848, n. 14.

²⁵⁹ APEJE, Ofício do Chefe de Polícia Antônio Affonso Ferreira para o Presidente da Província Antonio Chichorro da Gama. Datado de 11/12/1847. Fls. 313-314. Polícia Civil. PC-17 (1847).

²⁶⁰ IAHGP, *O Lídador*, 11.12.1847, n. 235. Ver também: APEJE, *A Voz do Brasil*, 11.12.1847, n. 08 e 05.02.1848, n. 14; LEPH-UFPE, *Diário de Pernambuco* 10.12.1847, n. 279.

²⁶¹ IAHGP, *O Lídador*, 11.12.1847, n. 235.

Cerca de um mês depois, na noite de 04 de janeiro de 1848, por ocasião de um baile promovido pelos portugueses, na rua da Praia, estourou um novo tumulto. Segundo relato de uma autoridade, o acontecimento não passou “de algumas pedradas lançadas ao edifício, em que eles se achavam, e de algumas bengaladas em quatro de alguns destes, quando para suas casas se retiraram”. A polícia se dirigiu ao local, mas em meio a grande número de gente não conseguiu prender os culpados. Fora um francês, João Burle, que ficou “bastante maltratado”, não houve feridos graves²⁶².

De todas essas manifestações, a mais violenta ocorreu entre os dias 26 e 27 de junho de 1848, depois de uma confusa briga entre um estudante brasileiro e um caixeiro português de um estabelecimento de carne seca da Rua da Praia. Nesses dias, lojas foram saqueadas e muita pancadaria foi distribuída entre populares, portugueses, tropas de linha e outros agentes da ordem. Pelo menos cinco portugueses foram assassinados e cerca de quarenta ficaram feridos. Após o fim do tumulto, uma multidão marchou em direção a Assembléia Provincial exigindo, através de uma petição, *a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias*. Essa petição vinha acompanhada de um extenso abaixo assinado onde se lê os nomes tanto de alguns políticos ligados ao Partido Praieiro, como também de alguns populares que se envolveram mais tarde na Praieira. O “*mata-marinheiro do Colégio*”, nome pelo qual ficou conhecido esse motim urbano, foi a última manifestação de rua no Recife, com direito a grande repercussão na imprensa pernambucana e de outras províncias²⁶³.

²⁶² APEJE, Ofício do Chefe de Polícia Antônio Affonso Ferreira para o Presidente da Província Antonio Chichorro da Gama. Datado de 21/01/1848. Fls. 63, 63v, 64. Polícia Civil. PC-18 (1848).

²⁶³ Sobre esse acontecimento ver: CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “O mata-marinheiro do Colégio e a radicalização da “população” do Recife na briga pelo mercado de trabalho”. In. *Revista Clio*, n.º 23, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2007, pp. 71-98.

O episódio teve momentos surpreendentes, como uma tentativa, por parte dos debelados, de invadir o bairro portuário do Recife, onde se localizavam as casas comerciais de grosso trato, de propriedade de estrangeiros a grande maioria. A “turba” foi impedida graças à intervenção de uma guarnição militar que fechou a ponte que dava acesso ao local. Outro momento decisivo do confronto de rua foi a marcha de populares até cadeia com intenção de soltar Antônio Borges da Fonseca (preso desde agosto de 1847 por crime de imprensa) e o revolucionário paraense Francisco Pedro Vinagre, que estavam presos na mesma cela²⁶⁴. Uma multidão reuniu-se em frente à janela do cárcere. Segundo Jerônimo Figueira de Melo, Borges da Fonseca “de uma das janelas da cadeia do Recife” incitava a população a pôr fogo nas casas dos portugueses. Essa versão é contestada. Segundo *A Mentira*, um jornal de tendência republicana, impresso na tipografia do próprio Borges, ele apenas tentava persuadir a multidão a conter tamanha fúria. O seu discurso se resumia a lembrar àqueles populares o perigo que estaria por vir. Borges teria dito: “Não alcançais nada assim, aí estão seis barcos de guerra para serdes metido em seus porões. Lembrai-vos do massacre dos paraenses”²⁶⁵.

O envolvimento do liberal radical Borges da Fonseca nesse episódio é bastante controverso. *O Lidador* afirma que Borges procurou utilizar o movimento em favor das suas idéias republicanas. O jornal *Advogado do Povo* confirma a primeira impressão d’*O Lidador*, mas ressalta que Borges teria participado daquelas “ocorrências” de forma diferente, “procurou moraliza-las, aproveitando a disposição popular em prol da liberdade, em prol da democracia, e da república”²⁶⁶. Ainda de acordo com *O Lidador*, da janela da cadeia, ele teria distribuído uma proclamação ao povo²⁶⁷. Borges era muito popular entre os

²⁶⁴ IAHGP, Diário Novo, 08.07.1848, n. 146.

²⁶⁵ APEJE, *A Mentira*, 04.08.1848, n. 04.

²⁶⁶ APEJE, *Advogado do Povo*, 05.08.1848, n. 02.

²⁶⁷ APEJE, *O Lidador*, 04.07.1848, n. 294. É interessante perceber que os praieiros acusaram

artistas mecânicos da província e era um homem capaz de arrebatara multidões. As autoridades, sabendo do poder que Borges exercia sobre essas pessoas, trataram de confiná-lo, junto com seu companheiro de cela, nas masmorras de um navio de guerra *Euterpe*, onde permaneceu incomunicável, até que tudo se acalmasse²⁶⁸.

É interessante perceber como essas ações e seus promotores e participantes ficaram registrados para a posteridade nos jornais. Os termos e adjetivos empregados são variados, mas todos possuem conotações depreciativas. Os participantes dessas manifestações são: “desordeiros”, “desalmados”, “fariseus”, “horda de selvagens”, “ínfima classe”, “turbulentos”, “bárbaros”, “assassinos”, “plebe desenfreada”, “cacetistas”, “populaca”, “gentalha”. Já as suas ações são: “atos de carnificina somente próprios dos bárbaros habitantes dos áridos sertões da África”. Em resumo, eles seriam os promotores de “cenas de pura selvageria, barbaridade, só próprias de um povo inteiramente inculto e bárbaro”²⁶⁹.

Segundo as narrativas da época sobre esses mata-marinheiros, quem participava desses levantes não agia com total autonomia. O *Diário de Pernambuco*, com profundas ligações com os conservadores na província, lembrava que da pena de alguns escritores menos prudentes saíram textos que insuflavam o “incauto povo” a reviver “ódios antigos e quase extintos”. Escritos em uma “linguagem desabrida e subversiva”, esses textos influenciaram a plebe a partir para a violência contra os lusitanos. Isso porque teria sido posto “na boca de algumas pessoas inexperientes do povo” o “horrível e

também Borges da Fonseca de ser o responsável pelo tumulto. Segundo discurso proferido na Câmara dos Deputados por Urbano Sabino Pessoa de Mello, o manifesto entregue a Assembléia Provincial era “uma cópia quase fiel” de um dos números do Nazareno. IAHGP, Diário Novo, 11.08.1848, n. 173.

²⁶⁸ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. Paraíba: Editora A União, Conselho Estadual de Cultura – SEC, 1994 (Col. Biblioteca Paraibana), p. 145.

²⁶⁹ APEJE, Diário Novo, 01.07.1848, n. 140; Diário de Pernambuco, 01.07.1848, n. 143; O Lidador, 11.12.1847, n. 235; 28.06.1848, n. 292 e 15.07.1848, n. 299.

bárbaro grito de mata-marinheiro”²⁷⁰. Para esse e outros periódicos que seguiam a mesma tendência política, o povo era movido pela propaganda antilusitana que a imprensa panfletária ligada à facção liberal explorava.

Essa opinião não difere dos relatos de outros contemporâneos. Em suas memórias, Félix Cavalcanti relata que o *Diário Novo*, órgão oficial do Partido Praieiro, iniciando a sua oposição à política conservadora, usou o fato de o comércio a retalho se achar “monopolizado pelos portugueses” para atrair o povo para o lado dos liberais. A partir daí, novas folhas, com um discurso mais radical, apareceram aconselhando o povo a reivindicar seus direitos²⁷¹.

Da mesma forma pensava Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Em sua *Crônica da Rebelião Praieira*, Figueira de Melo chega a dizer que a carga de propaganda antilusitana desses jornais fizeram com que os artistas e obreiros nacionais passassem a reivindicar certos direitos sobre o comércio²⁷². Segundo ele, “as lideranças de

²⁷⁰ LPEH-UFPE, *Diário de Pernambuco*, 01.07.1848, n. 143. Em raros momentos a imprensa, de certa forma, atribui independência à atuação dos populares. Conforme diz O Lídador, “esta massa, criada pelas doutrinas, e esperanças que a praia inspirou, para acarear adesões, e com elas vencer as eleições, por meio do terror; esta massa reunida agora, e por si mesma, pela ansiedade de uma ocasião sempre prometida, e sempre adiada, foi neste dia a especulação dos ambiciosos, que se quiseram aproveitar desse acaso em seu favor” (IAHGP, O Lídador 30.06.1848 n. 293). Isso vem confirmar as palavras de Mário Márcio de Almeida Santos: “as forças populares uma vez despertas obedecem a uma dinâmica própria”.

²⁷¹ FREYRE, Gilberto. *O Velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989 (Série República, vol. 7), p. 12.

²⁷² E. P. Thompson lembra que, por trás de toda forma de ação direta popular, existe sempre alguma noção legitimadora do direito. Jerônimo Martiniano diz que os praieiros começaram “a inocular nas classes baixas da sociedade, não o nobre sentimento de igualdade perante a lei, mas o sentimento do orgulho, pelo qual se julgavam ter os direitos, que somente dão a ilustração, os serviços e as virtudes (...)”. Adiante, o mesmo autor comenta que a província se dividiu em dois campos opostos: de um lado estava “todos os proprietários, negociantes e capitalistas; toda a classe ilustrada; todos os primeiros empregados”. Do outro, salvo algumas exceções (proprietários motivados por ambição interesse, ou pela ilusão), aderiram “as classes inferiores e ignorantes da população, que se julgando deserdadas dos bens sociais, ou oprimidas por leis tirânicas e ofensivas dos seus supostos direitos nutriam no

oposição incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e ignorantes da população a idéia de que saindo os lusos do comércio, seriam garantidas as lojas, tabernas e boticas”²⁷³

A historiografia sobre a Praieira aponta também o renascimento do antilusitanismo em Pernambuco a ação de um grupo ligado à política partidária dos praieiros. Para Izabel Marson, os mata-marinheiros dos anos quarenta no Recife estavam relacionados com a ação de grupos subordinados ligados a um grupo dirigente, não havendo uma ação independente dos grupos promotores de tais levantes, sendo estes frutos do clientelismo urbano²⁷⁴. A autora detalha o momento em que isso ocorre. Teria o Partido Praieiro, depois de se constituir em sólidas bases com proprietários rurais, buscado vencer as eleições na província. Sendo a capital o maior colégio eleitoral da província, onde votavam artesões, caixeiros, soldados da tropa de linha e funcionários públicos, era necessário ter um discurso que atendesse a demanda desses eleitores. Isso porque, ganhando esse eleitorado da cidade, o partido teria mais condições de enfrentar as inevitáveis fraudes do interior da província. Como atesta Marson, as necessidades eleitorais levaram as chefias do partido, através da imprensa, a literalmente “carregar sua fala com tópicos de interesse imediato dos votantes primários do Recife”, numa política conflitante até com os interesses da classe dos proprietários²⁷⁵.

Não há dúvidas de que a onda de antilusitanismo ocorrida naqueles anos tinha nos liberais alijados do poder na província um dos seus centros propagadores. Esse nativismo foi usado como arma

coração os sentimentos de ódio, de inveja e de vingança contra as classes superiores no mais elevado ponto de exaltação (...)”. FIGUEIRA DE MELO, Jeronymo Martiniano. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Op. Cit., pp. 02-03.

²⁷³ Idem, pp. 03-04.

²⁷⁴ MARSON, Izabel Andrade. *A Rebelião Praieira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981 (Col. Tudo é história, n. 25), p. 64.

²⁷⁵ MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 227-228.

política para arregimentar a população urbana em épocas de eleições contra os conservadores. Como ressalta Manoel Cavalcanti, o Partido Praieiro criou sua plataforma política sobre as insatisfações geradas pela longa duração da administração de Francisco do Rego Barros (1837-44), e, a partir delas, montou seu discurso de oposição. A desvantagem em relação aos conservadores leva os praieiros a buscar o apoio popular. Primeiramente, buscaram cooptar algumas lideranças que tinham acesso às camadas menos privilegiadas da sociedade²⁷⁶. O passo seguinte era incorporar no seu discurso temas de interesse da gente pobre da cidade, como o antilusitanismo e a nacionalização do comércio a retalho²⁷⁷.

Como ressaltamos nas linhas acima, o antilusitanismo ressurgido durante a acirrada disputa partidária nos anos quarenta foi uma importante arma dos liberais para arregimentar as camadas urbanas menos favorecidas economicamente para a sua causa. Contudo, podemos dizer que não foi somente essa facção partidária que usufruiu politicamente dos sentimentos de repulsa ao elemento português. Afinal, não podemos pensar que a multidão que se envolvia nesses tumultos estava ali apenas como cliente passivo da classe diligente.

Para além das questões políticas, esse antilusitanismo estava relacionado também à própria sobrevivência diária dessas pessoas, tanto em relação à questão do abastecimento dos gêneros alimentícios, como

²⁷⁶ Os praieiros fracassaram na tentativa de cooptar o liberal radical Borges da Fonseca, mas dividiram a sociedade secreta da qual o redator do Nazareno fazia parte, convencendo alguns membros a apoiarem o partido. Foram bem sucedidos quando conseguiram arregimentar para o seu lado nomes como o dos irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios. Eram nomes de grande popularidade e prestígio entre o povo e que tinham tradição na luta contra os portugueses. A entrada deles para o lado dos praieiros contribuiu assim para dar uma conotação popular ao recente partido. Também tinham influência entre os soldados. Ver em CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. *“Praieiros”, “Guabirus” e “Populança”: As eleições gerais de 1844 no Recife*. Dissertação de mestrado, CFCH, UFPE, 2001, pp. 42-57.

²⁷⁷ Idem, p. 119.

também à questão do desemprego urbano. Não é novidade na nossa historiografia a afirmação de que o comércio a retalho, nas principais cidades brasileiras, estava sob o monopólio dos portugueses. Segundo a folha nativista *A voz do Brasil*, o comércio a retalho pertencente a estrangeiros contava com 06 mil lojas espalhadas por toda a Província de Pernambuco. Em cada uma dessas casas existia uma média de 03 ou 04 caixeiros portugueses. No cálculo feito pela folha, que estima 02 portugueses em cada estabelecimento comercial, os números chegavam a assustar: 12 mil caixeiros e seus 06 mil respectivos patrões, chegando a um total de 18 mil portugueses. Acrescentava, ainda, que só na rua da Praia, palco dos atentados do dia 26 e 27 de junho de 1848, atuavam mais de “120 marinheiros” no comércio de carne seca, contra apenas 03 brasileiros²⁷⁸. Mesmo considerando o exagero dessa folha, não podemos negar que grande parte do comércio varejista, das padarias, armazéns, bodegas estavam nas mãos da comunidade lusitana, que empregavam, quase exclusivamente, parentes e conterrâneos como caixeiros.

Eram esses pequenos comerciantes quem ditavam a regra dos preços dos alimentos de primeira necessidade. Porém, numa época de falta de víveres na cidade, o preço tendia a subir vertiginosamente, o que agravava a situação das pessoas de baixa renda. Além do mais, corriam boatos sobre quadrilha de especuladores que lucravam com a difícil situação econômica. Como aponta Mário Márcio, referindo-se às explosões de mata-marinheiro no Recife, “o ódio em relação a miséria e a espoliação levava o povo a identificar no vendeiro ou no pequeno comerciante, o inimigo mais próximo, aquele com quem diariamente convivia, gastando seus poucos vinténs na compra da farinha, da charque, do pão, da bebida”²⁷⁹.

Não bastasse o fato de esse tipo de comércio miúdo ser o elo final na longa cadeia de especulação econômica, temos que levar também

²⁷⁸ APEJE, *A Voz do Brasil*, 29.01.1848, n.13 e 17.03.1848, n.20.

²⁷⁹ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. *Um homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*. Op. cit., pp. 140-141.

em consideração que as relações sociais eram quase sempre estreitadas ao nível pessoal. Assim, a culpa pelas mazelas sociais acabava sempre sendo atribuída a alguém especificamente identificado. Por isso, esses comerciantes portugueses e seus caixeiros se tornaram potenciais alvos do descontentamento popular. Não é difícil imaginar o tanto de gente que o Partido Praieiro conseguiu arregimentar quando encampou em seu programa político a questão da nacionalização do comércio a retalho. Mas mesmo que o povo da cidade tivesse nos lusitanos o seu inimigo mais próximo e, nas querelas de rua, buscassem atacar as suas propriedades, não podemos dizer que suas ações se limitavam apenas a esse aspecto da vida cotidiana. Havia nessas ações outros significados que fugiram à observação dos contemporâneos que registraram esses mata-marinheiros.

Mas antes de entrarmos no mérito da questão, devemos fazer um breve comentário sobre o fenômeno do antilusitanismo. Esse movimento, que vai se tornar marcante na primeira metade do XIX, remonta pelo menos ao tempo em que o país promoveu sua independência de Portugal. Marcus Carvalho lembra que na época da Independência, foram feitas pesadas campanhas nas ruas contra os portugueses, no intuito de mobilizar a população urbana em torno da elite brasileira que buscava o comércio livre. A elite, que tinha as rédeas do movimento contra a antiga metrópole, procurava combater os privilégios adquiridos pelos comerciantes portugueses. Segundo Carvalho, o antilusitanismo fomentado de cima para baixo poderia a qualquer momento fugir ao controle dessa mesma elite²⁸⁰. Principalmente, quando ganhava uma conotação e um sentido próprio no seio das classes menos favorecidas da sociedade. Mas não ficou só por aí. Durante o governo de Pedro I estouraram inúmeros conflitos

²⁸⁰ CARVALHO, Marcus J. M. de. “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848”. In Miriam Halpern Pereira (organizadora). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Editora Fragmentos, Lisboa, Portugal, 1993, p.145.

entre nacionais e portugueses, em razão de os opositores acusarem o imperador de ter entregue o país aos seus compatriotas de além-mar. A imagem alimentada era a do português tirano e explorador, que impedia o povo de se tornar livre.

Referindo-se aos distúrbios antilusitanos na Bahia pós-Independência, João José Reis lembra que o antilusitanismo do povo comum não se concentrava na figura do distante imperador Pedro I. Segundo Reis “os pobres viam os comerciantes e taverneiros portugueses como inimigos mais importantes, adversários sociais e até pessoais, pois eram acusados de especular com os preços de bens de primeira necessidade num momento já perturbado pela inflação e escassez”. Para o povo que se envolvia nesses distúrbios, o discurso contra os lusitanos não era apenas retórica patriótica, “mas uma possibilidade genuína de justiça social direta. No plano prático, as manifestações de rua lhes davam a chance de saquear com gosto os armazéns europeus e saborear boa comida por um ou dois dias”²⁸¹.

Tanto João José Reis como Marcus Carvalho não descartam a possibilidade de existir um revide racial nessa violência. Nas palavras de Reis, “tanto europeus quanto os brancos da terra cultivavam a arrogância racial antinegra”. Esses portugueses “não eram bem inocentes bodes expiatórios”, representavam apenas o elo fraco da “branquitude” na Bahia²⁸². Carvalho acentua uma profunda consciência racial em um tumulto ocorrido ainda em 1823, quando um corpo de tropa, comandada pelo Capitão Pedro Pedroso, um mulato, toma o principal bairro do Recife e prende 162 “europeus”. Naqueles dias ouviam-se pelas ruas os seguintes versos: “*Marinheiros e caiados/ todos vão se acabar/ porque só pardos e pretos/ o Brasil hão de habitar*”. Na leitura do autor, vê-se claramente a distinção entre os chamados “marinheiros”, como

²⁸¹ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês 1835*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 40.

²⁸² *ibidem*, pp. 40-41.

eram conhecidos os portugueses no país, e os “caiados”, a elite local miscigenada, caiada de branco pela riqueza e livre das impurezas. Tanto “marinheiros” como “caiados” são colocados como inimigos do povo, constituídos de pardos e pretos²⁸³.

Devemos ter em mente, quando estudamos os distúrbios antilusitanos, que não se tratam de movimentos isolados de outras revoltas; eles estão inseridos quase sempre no mesmo contexto de outros eventos. É bom lembrar que depois da Independência, a recente nação enfrentou momentos de tumultuado clima político e social, situação bem comum na formação dos estados nacionais da América Latina. Em boa parte do país, ocorreram rupturas entre as classes dirigentes, conflitos entre federalistas e centralistas, que evoluíram para ferrenhas disputas entre liberais e conservadores em cada província, dando início a inúmeras rebeliões. Além disso, ocorreram várias sedições militares (quarteladas, na melhor acepção do termo), revoltas escravas e motins urbanos da plebe livre. Assim, os elementos, reivindicações e participantes de várias categorias de revoltas estiveram quase sempre entrelaçados.

Um bom exemplo disso é o que ocorre em Pernambuco durante os conturbados meses que sucederam a abdicação de Pedro I. Uma onda de motins e quarteladas varreu o Recife e ameaçou a comunidade estrangeira residente na cidade. Uma dessas sedições, provavelmente a de maior vulto, foi a Setembrizada. Iniciada na noite do dia 14 de setembro de 1831 pelos soldados do Batalhão nº 4, essa revolta foi logo estendida para outros quartéis. Os soldados insubordinados tomaram as ruas da cidade e saquearam vários estabelecimentos comerciais que encontraram pela frente. Isso tudo com a adesão do que um jornal da época chamou de os “cidadãos de cor mais levianos”, provavelmente pretos e pardos livres, escravos e

²⁸³ CARVALHO, Marcus J. M. de. “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848”. Op. cit., pp.145-146.

até criminosos e presos comuns, que os próprios revoltosos tiraram da cadeia²⁸⁴. Durante trinta e seis horas, esses insubordinados e seus agregados de sedição foram os donos da cidade.

Naqueles dias, muitos comerciantes estrangeiros amargaram enorme prejuízo. Um relojoeiro suíço, morador na praça da União, teve a sorte de escapar com vida, quando sua casa recebeu a ilustre visita desses amotinados²⁸⁵. Alguns negociantes ingleses chegaram até a enviar uma “nota de protesto” ao presidente da província em que relatava o saque promovido pelos “soldados armados do governo brasileiro”²⁸⁶. Pelo menos na documentação oficial encontramos referência de que foram os portugueses os maiores prejudicados. Por motivo dos “desastrosos acontecimentos”, o consulado português envia ao governo provincial um protesto de nove comerciantes lusitanos, junto com um pedido de ressarcimento pelos prejuízos causado pelo levante dos soldados. Pela lista de coisas roubadas e pelo valor pedido, conclui-se ter sido considerável o prejuízo²⁸⁷. É interessante perceber que esses saqueadores levaram tudo que puderam carregar

²⁸⁴ Sobre a Setembrizada ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. “O encontro da ‘soldadesca desenfreada’ com os ‘cidadãos de cor mais levianos’ no Recife em 1831”. In. *Revista Clio*, v.1, n.º 18, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998, pp. 109-137.

²⁸⁵ APEJE, Ofício do Consulado da Confederação Helvética para o Presidente da Província José Pinheiro de Vasconcelos. Datado de 22/09/1831. Fl. 154. Agentes Consulares em Pernambuco. DC-02 (1827-32).

²⁸⁶ APEJE, Protesto dos negociantes ingleses enviado ao Presidente da Província José Pinheiro de Vasconcelos. Datado de 19/09/1831. Fls. 182-183. Agentes Consulares em Pernambuco. DC-02 (1827-32).

²⁸⁷ APEJE, Termo de Protesto dos negociantes portugueses enviado ao Presidente da Província José Pinheiro de Vasconcelos. Datado de 26/10/1831. Fls. 190-192v. Agentes Consulares em Pernambuco. DC-02 (1827-32). É interessante perceber como esse acontecimento marcou a população do Recife em todos os sentidos. Nos dias que se seguiram após o grande mata-marinheiro de 26 e 27 de junho de 1848, correram boatos na cidade de roubos em diversas propriedades de portugueses. Segundo comentários, seriam exigidas do governo as devidas indenizações. A folha A Voz do Brasil diz que isso não passava de uma mentira para difamar o “povo pernambucano” e que essa mesma estratégia teria sido usada pelos portugueses durante a Setembrizada, no intuito de encobrir seus próprios roubos. APEJE, A voz do Brasil, 29.07.1848, n. 46.

nas mãos, inclusive, como atesta a documentação, deram sumiço em vários livros de contas e notas. Pelo menos quatro proprietários lusitanos com estabelecimentos de “molhados” e lojas de fazenda se achavam impossibilitados de restituir parte do prejuízo. Afinal, as “dívidas se tornaram incobráveis por falta dos acentos nos livros que todos lhe roubaram”. Desta forma, os amotinados isentaram vários devedores comuns, assim como eles, de dívidas contraídas nesses estabelecimentos comerciais.

Mesmo depois de debelado o levante e de punidos os desordeiros com excessivo rigor, permaneceu um clima de instabilidade social e política pairando no ar. Segundo um ofício de um cônsul, alastraram-se boatos de que vários comerciantes e lojistas estrangeiros estavam se preparando para partir e começavam a surgir pedidos de passaporte para fora da província²⁸⁸. Era evidente que, quando a população pobre da cidade se sublevava, os estrangeiros, em especial os portugueses, corriam perigo. Aqui é importante ressaltar que as vítimas do antilusitanismo não se constituíam apenas de portugueses. As hostilidades aos lusitanos acabavam, por extensão, sendo transferidas para outros estrangeiros, principalmente os de condições mais humildes. Muitos anos depois, no tumulto que aconteceu no dia 08 de dezembro de 1847, “mais de trinta pessoas” entre portugueses, brasileiros adotivos, ingleses, franceses, alemães e até alguns brasileiros foram vítimas de linchamento²⁸⁹. O que nos leva a pensar que qualquer pessoa branca poderia ser uma vítima em potencial da fúria popular.

O que foi dito até aqui demonstra que o antilusitanismo como fenômeno social é demasiadamente complexo, não podendo ser reduzido apenas a uma mera rivalidade entre “colonizador” e “colonizado”. Além do mais, o sentimento contra os portugueses

²⁸⁸ APEJE, Ofício do Consulado das Duas Sicílias, encarregado do Consulado Suíço para o Presidente da Província José Pinheiro de Vasconcelos. Datado de 14/05/1831. Fl. 153. Agentes Consulares em Pernambuco. DC-02 (1827-32).

²⁸⁹ IAHGP, O Lيدador, 11.12.1847, n. 235.

que aparece entre os anos de 1844 e 1848, ressurgiu numa época em que o país não corria o mínimo risco de ser novamente colônia de Portugal²⁹⁰. É importante ressaltar que essas ações não eram motivadas apenas por patriotismo ou sentimento semelhante, mas sim por interesses particulares dos grupos e setores sociais que promoveram esses levantes. Além disso, temos que acrescentar que a aversão ao elemento português variava em intensidade e em perspectiva de um grupo social para outro. Tudo leva a crer que as pessoas que diretamente se envolveram naquelas confusões de ruas fizeram outras leituras do momento político que passava a província, não vinculada apenas a campanha promovida pelos praieiros. Eram leituras permeadas de sentidos e significados individuais que fugiam a percepção de muitos daqueles contemporâneos que deixaram, para a posteridade, algumas narrativas sobre aqueles tumultos.

Mas quais eram esses sentidos e significados? O que pensava o povo comum a respeito do que estava ocorrendo a sua volta, dos problemas que enfrentavam e das ações que podiam promover para modificar, em parte, essa realidade? Como o antilusitanismo surge como oportunidade de promover mudanças em suas vidas? Para todas essas perguntas não temos as devidas respostas, principalmente porque os registros limitam muitas vezes a nossa investigação. Mas vale destacar alguns pontos que mostram como o antilusitanismo foi também, para as classes populares do Recife, uma forma genuína de inserção no universo das questões políticas da província e até do país. Afinal, não podemos concluir essa questão partindo apenas da propaganda contra os lusitanos, fomentada pela imprensa panfletária da época, e da ação de algumas lideranças do partido praieiro.

²⁹⁰ É interessante lembrar que dois desses mata-marinheiros ocorridos nos meses de setembro de 1844 e 1847, tiveram início em meio às festividades de comemorações da Independência do Brasil. Ao que tudo indica, essas manifestações visavam reafirmação da soberania alcançada com a ruptura de 1822.

Primeiramente, temos que levar em consideração que essas pessoas que se envolveram nos tumultos de rua dos anos quarenta tinham alguma consciência sobre as questões da “alta política” que estavam em voga naquele momento. O próprio passado histórico do Recife teve um papel fundamental nessa concepção de política para as classes populares. Nada menos que duas revoluções de forte abrangência convulsionaram a província e tiveram como epicentro o Recife: a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824. Ambas sufocadas a ferro e fogo. Em todas elas houve considerável participação popular, seja por vontade própria ou pautada nos laços de clientelismo com a classe dominante descontente. Ao fim, o preço pago, quando não foi com a própria vida, era com a prisão, castigos corporais e com o recrutamento forçado, punição mais comum para os gestos de insubordinação da população livre pobre. As folhas mais exaltadas dos anos quarenta, vez por outra, faziam referência tanto àquelas insurreições como também ao recrutamento que recaía sobre a população mais humilde.

Ao que tudo indica, os acontecimentos que se seguiram à Independência politizaram, em parte, as classes subalternas que viviam na cidade. Além disso, no discurso de algumas facções que disputavam o poder, o antilusitanismo estava presente mesmo que às vezes pautado em pura demagogia. Foi nos conflitos de interesses surgidos no seio da classe dominante que o povo apreendeu algumas lições políticas. As revoluções, sedições, quarteladas, motins urbanos e outros tipos de sublevação contaram com a forte participação de grupos sociais que, até então, haviam sido colocados à margem ou completamente excluídos dos processos políticos do país. Participar ou ser apenas um mero expectador desses eventos foi certamente uma experiência única importantíssima na formação de uma consciência política e de uma visão de mundo para aquelas pessoas.

Por mais limitada que possa ser a experiência de vida desses indivíduos, eles não estariam imunes às reviravoltas desses processos políticos, aparentemente tão distantes deles. O recrutamento era talvez a forma mais próxima de sentir os revezes que a conjuntura política do momento reservava a gente da plebe. Essa era a maior forma de punição exemplar, não só para as pessoas que se envolviam nas contendas políticas, como também para aquelas que não estiveram participando diretamente da luta armada. Todos pagavam o preço pelo insucesso das empreitadas políticas. Enquanto uns pagavam mais, outros pagavam menos o chamado “tributo de sangue”. O recrutamento recaía sobre os homens livres, solteiros, amasiados e, principalmente, sobre os que não tinham protetores influentes para que, nesses momentos, pudessem intervir em seu favor. A vida na caserna era muito dura e mal vista pela sociedade. O tempo de serviço era longo, cerca de 6 a 7 anos, muitas vezes porque os recrutados não recebiam as devidas baixas ao final do serviço militar. O soldo reservado era ínfimo e quase sempre pago com atraso. A pessoa que caísse nessa vida teria muitas vezes que sobreviver de um péssimo rancho servido aos soldados rasos. Os deslocamentos militares eram penosos, recheados de castigos físicos e punições humilhantes, além do despotismo dos oficiais.

Mas não caíam nas garras do recrutamento apenas os sediciosos e os turbulentos. A ameaça do recrutamento foi uma constante vivida pelos homens livres pobres no Império, pois era uma prática rotineira temida e exercida com violência e arbítrio, correndo risco também as pessoas pacatas e trabalhadoras que não fossem, pelo menos, arrimos de família. Estariam sujeitas ao alistamento forçado principalmente as pessoas que não estivessem trabalhando. Isso não quer dizer que o alvo dos recrutadores era, principalmente, os vagabundos e demais desocupados da cidade. As vítimas iam mais além: as pessoas que não estivessem exercendo um trabalho regular, que não tivessem patrões, os biscateiros e trabalhadores autônomos.

O recrutamento impedia muitas vezes que o trabalhador nacional exercesse livremente seus ofícios. Quem saía na vantagem eram os portugueses que, pela letra da lei, estavam isentos dessa obrigação. Isso também alimentava o ódio contra os lusitanos.

Borges da Fonseca, em um dos muitos textos que escreveu criticando o recrutamento desmedido, dizia que o povo pernambucano, desde 1835, era obrigado a pagar o pesado “tributo de sangue” toda vez que alguma província brasileira buscava se rebelar contra a política centralizadora da Corte²⁹¹. Não devia ser muito difícil para os infelizes que levavam a vida dura da caserna perceber que a sua sorte estava ligada aos problemas políticos que afligiam a província e o país. Durante os anos quarenta a questão do recrutamento estava na pauta do dia. Tanto os liberais como os conservadores da província faziam referência ao recrutamento sem limites que estavam sujeitos os homens livres pobres²⁹².

Questões como essa, guardadas na memória e repassadas para outros, acabaram por politizar essas pessoas. Em meados do século XIX, podemos dizer que existia entre esses indivíduos uma considerável cultura política. Essas pessoas não tinham menos

²⁹¹ APEJE, O Nazareno, 28.02.1845, n. 85.

²⁹² Pelo uso da força e da coação, o recrutamento foi visto pelos populares até como uma possível tentativa de escravização. Segundo um relatório de 1839, escrito pelo então Presidente da Província Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista), havia ocorrido na Comarca de Bonito uma sublevação popular em que a motivação teria sido o boato espalhado entre os “cidadãos ignorantes” de que as pessoas recrutadas iriam ser reduzidas à escravidão (APEJE, Relatório que a Assembléia Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinária de 1839 o exmo Presidente da mesma Província Francisco do Rego Barros. Pernambuco: Typographia de Santos & Cia, 1839, p. 03). A perversidade do sistema de recrutamento era, por vezes, explorado pelas disputas políticas do momento. Segundo o jornal O Progresso, em um dos meetings políticos dos praieiros, espalhou-se a história de que os pernambucanos recrutados no governo do Barão da Boa Vista tinham sido mandados para a ilha de Cuba e vendidos como escravos para os “senhores de engenho hespanhóis (sic)”. De acordo com esse periódico, a farsa dos praieiros teria sido tão grande que até levaram um homem que disse ter sido vendido pelo Barão e posteriormente resgatado daquela ilha pelo praieiro Chichorro da Gama (O Progresso, 31.10.1847).

consciência do processo de exploração por que passavam. Acusá-las de falta de clareza ou de estar alheio ao que acontecia a sua volta é não ter compreensão de todo um arcabouço de significados políticos que naquele período vinha sendo construído dentro das classes populares.

Além dos acontecimentos que acabaram por politizar as pessoas, não podemos negar aqui o papel da imprensa nessa empreitada, mesmo considerando que, de uma forma geral, os jornais da primeira metade do século XIX eram os porta-vozes de uma ideologia da classe dominante. Devemos lembrar que os jornais pernambucanos desse período tornavam demasiadamente públicas as discussões e problemas da esfera política. Era através desses periódicos que as várias tendências políticas divulgavam suas idéias. Conservadores e liberais faziam da imprensa uma verdadeira arena de disputa, pressionando politicamente os seus adversários e arregimentando gente para os seus respectivos lados.

O conteúdo desses jornais, apesar de visar o público votante da província, não se restringia apenas a esse pequeno contingente populacional. As pessoas comuns, trabalhadores e desempregados que procuravam algum tipo de ocupação também usavam os jornais para se manterem informados sobre as possíveis ofertas de serviços, principalmente os de grande circulação, onde encontramos uma infinidade de anúncios de interesses quase que exclusivos dessas pessoas. Portanto, não custou tanto a esses indivíduos, que penavam procurando ofertas de trabalho nos jornais, demonstrar interesse por outras partes desses periódicos, principalmente quando passaram a ligar as campanhas promovidas pelo *Diário Novo*, em favor da nacionalização do comércio a retalho, aos inúmeros anúncios de estabelecimentos comerciais da cidade oferecendo emprego somente para portugueses e outros estrangeiros, excluindo assim os brasileiros natos.

Mesmo levando em consideração que era grande o número de analfabetos, não podemos dizer que essas pessoas desconheciam de todo o conteúdo dos textos políticos. Numa sociedade de forte tradição oral, as pessoas liam em voz alta nas ruas, tabernas e demais lugares onde juntava gente. Izabel Marson, lembrando o modo como o jornal chegava a atingir o público não-alfabetizado, relata que eram feitas leituras de textos em reuniões casuais nas lojas e boticas. Além disso, indivíduos a mando dos partidos encarregavam-se de ler, comentar e reproduzir o conteúdo das folhas políticas. A autora lembra também que algumas dessas gazetas eram escritas em linguagem simples e direta, cheia de termos populares²⁹³. Conforme descrevia Antônio Pedro de Figueiredo, naquele período surgiu uma “multidão de papeluxos (sic) redigidos em estylo (sic) de taberna”²⁹⁴. Vale destacar que eram justamente esses jornais que a população mais humilde da cidade tinha acesso.

Essas leituras provavelmente criavam debates e fomentavam discussões entre as pessoas, alimentando, por vezes, um clima de dúvida, expectativa e tensão sobre o momento vivido. Esse tipo de experiência possibilitou a alguns habitantes da cidade formarem, pelo menos, uma opinião particular sobre os assuntos divulgados. De alguma forma, as idéias contidas nesses textos circulavam entre as pessoas. Podemos dizer que a recepção dessas leituras por essas pessoas não devia ser toda passiva ou mecânica. Provavelmente, essas pessoas não possuíam apenas uma compreensão única desses textos (aquela que redatores e jornalistas gostariam que fosse a entendida), mas sim múltiplas compreensões, realizando uma leitura própria a partir dos acontecimentos a sua volta.

Não restam dúvidas de que a imprensa praieira contribuiu muito para a fomentação do antilusitanismo nos meios populares. Além disso, havia também na província uma imprensa de posição

²⁹³ MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980 (Col. Contemporânea), p. 55.

²⁹⁴ O Progresso, 07.10.1847.

independente que assumia a defesa das camadas livres marginalizadas politicamente. Os exemplos mais fortes são os jornais *O Verdadeiro Regenerador Brasileiro* de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha, surgido em 1844, e *A Voz do Brasil* de Inácio Bento de Loiola, surgido em outubro de 1847, que fazia intensa campanha contra os lusitanos. O que saía na imprensa sobre o monopólio português do comércio a retalho gerou grande identificação entre as pessoas menos favorecidas.

Além da imprensa, devemos considerar que as lideranças populares cooptadas pelos praieiros e até os principais representantes do partido faziam uma espécie de forte corpo-a-corpo com os eleitores e demais interessados, divulgando as idéias do partido. Eram muito freqüentados os encontros, chamados de “meetings” pelos jornais, entre políticos, líderes populares, potenciais eleitores e a plebe urbana. Segundo dizia um jornal de oposição, os “meetings” praieiros eram verdadeiros “sediciosos ajuntamentos de gente”²⁹⁵. *O Lídador*, retratando a situação de barbárie que se instaurou na província, lembrava que a causa estava nos “meetings patrióticos do grande partido nacional”, nos “furibundos discursos dos oradores praieiros”, nas “ameaças do jornal oficial [Diário Novo]” e nos “passeios triunfais ornados de morras e pancadas” organizados pelas lideranças praieiras²⁹⁶. Por mais carregada que seja a crítica d’*O Lídador*, ela nos fornece um bom panorama da época para entendermos como agiam os praieiros no recrutamento de correligionários para as eleições. Nessas reuniões eram firmados compromissos e promessas de campanha.

Não resta dúvida de que a atuação dos praieiros era demasiadamente forte não só entre o público votante, mas também

²⁹⁵ IAHGP, A União, 04.11.1848, n. 36.

²⁹⁶ IAHGP, O Lídador, 11.12.1847, n. 235. É interessante a crítica que esse mesmo jornal faz a Sociedade Philo-Terpsichore, que mesmo tendo grande número de sócios portugueses “se torna ré de crime imperdoável de emprestar a sala para uma das reuniões eleitorais promovidas pela oposição [lê-se Partido Praieiro]”.

entre aqueles que não participavam diretamente dos pleitos eleitorais. Lideranças de renome da política partidária praieira corriam atrás do apoio dessas pessoas. Sabe-se que, em 1847, em plena campanha eleitoral, Nunes Machado pronunciou um discurso sobre a nacionalização do comércio, na oficina de um sapateiro, na Rua Estreita do Rosário²⁹⁷. Ao que tudo indica, juntava muita gente interessada em ouvir a boa nova que esse político e outros oradores praieiros tinham a dizer. Constituíram-se fortes as relações entre os praieiros e os grupos populares. A praia era o povo como constatou Joaquim Nabuco.

Aqui é necessário abrir parênteses para discutir um ponto importante: o clientelismo. Não podemos negar a existência de malhas patronais dentro da sociedade em estudo, mas também não devemos resumir a questão somente a esse ponto. Como observou Marcus Carvalho, havia limites na obediência a essa clientela. Isso porque o clientelismo é o resultado de uma intensa negociação de interesses entre partes desiguais (patrão e cliente). Como afirma o autor, nem sempre o poder de mando é absoluto ou mesmo o cliente obedece totalmente a esse poder, principalmente quando a elite local se encontrava dividida²⁹⁸.

Portanto, engajar-se a favor de uma determinada facção política não era algo tão simples assim. Teriam que existir ao menos alguns pontos de interesse ou vantagens em comum. Um deles era a chamada *nacionalização do comércio a retalho*. Esse era talvez o único ponto que diferenciava os liberais dos conservadores na província. Segundo Jeffrey Mosher, essa era uma reivindicação que distinguia com clareza o programa político

²⁹⁷ QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Pernambuco: Editora Massangana, 1982, p. 47.

²⁹⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. In: *Revista Brasileira de Historia*, jul. 2003, vol. 23, nº 45, pp. 218-222.

do Partido Liberal do programa do Partido Conservador²⁹⁹. E isso provavelmente foi percebido por aqueles que se engajaram ao lado dos praieiros.

Não podemos negar que havia uma certa incoerência entre a prática e o discurso do Partido Praieiro. Mesmo buscando a todo custo o apoio popular, os praieiros também precisavam do apoio do setor proprietário, constituído de senhores de engenho e comerciantes da cidade. Como afirma Manoel Cavalcanti, a palavra de ordem dos praieiros seria radicalizar no discurso, mas, na prática, nem tanto. Durante a campanha eleitoral de 1844, o partido buscou também cooptar alguns portugueses proprietários de tabernas e outros estabelecimentos, oferecendo alguma vantagem em troca de apoio nas urnas³⁰⁰. Nessas brechas, os adversários políticos buscavam desmoralizar o discurso praieiro. Alguns jornais de oposição chegam até a lembrar aos praieiros os compromissos de campanha feitos ao povo.

Não sabemos ao certo até que ponto a população da cidade de um modo geral percebia essas contradições no discurso praieiro. Interessa-nos entender como ocorreram algumas articulações entre o partido, as lideranças populares e a plebe urbana. Ao que tudo indica, algumas dessas articulações foram firmadas nos bastidores e afiançadas na palavra entre dirigentes praieiros e lideranças populares; já outras foram firmadas ao público de um modo geral, nos meetings, nas tribunas e nos jornais.

No entanto, em pelo menos três mata-marinheiros, algumas dessas promessas feitas no calor das urnas foram cobradas. É nesses momentos de total confusão que podemos perceber como a movimentação da plebe urbana tinha sentido próprio ou pelo menos

²⁹⁹ MOSHER, Jeffrey Carl. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. Gainesville, Tese de Ph.D., University of Florida at Gainesville, 1996, cap. 3.

³⁰⁰ CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populança”: *As eleições gerais de 1844 no Recife*. Op. cit., pp. 45-48.

tentava ganhar uma direção que não fosse apenas a de espancar pura e simplesmente os lusitanos aqui estabelecidos. Além de alguns grupos mais organizados e de algumas lideranças com grande apoio popular, a gente “desclassificada” da cidade, na linguagem de alguns jornais, também sabia aproveitar essas ocasiões e, na medida do possível, fazer valer seus interesses.

Para se ter uma noção de como alguns grupos aproveitavam, cada um a sua maneira, essas manifestações, um bom exemplo é o caso da Associação dos Artistas Pernambucanos. Ainda sabemos muito pouco sobre essa organização de trabalhadores especializados, mas temos boas informações sobre o contexto que a fez surgir. Luis Felipe de Alencastro, em um estudo sobre a imigração de proletários portugueses para o Rio de Janeiro, aponta para a grande entrada de artesão e operários qualificados vindos de Portugal para o Rio de Janeiro. Segundo o autor, na virada do século XVIII, a produção manufatureira portuguesa perde uma parte de seus mercados tradicionais para a concorrência estrangeira. Durante a primeira metade do século XIX, Portugal exporta para o Brasil cada vez menos manufaturas e cada vez mais operários manufatureiros³⁰¹. Mesmo não tendo dados suficientes para o caso de Pernambuco, podemos supor que também foi intensa a entrada desses portugueses qualificados para essa região. Em documento redigido por essa associação de trabalhadores livres, ainda na primeira metade do século XIX, extraímos a finalidade de sua organização:

“Os artistas desta cidade conhecendo a necessidade de se darem mutuamente força, e procurarem adiantar seus conhecimentos, afim de poderem suportar a concorrência estrangeira; reuniram-se em sociedade sob a denominação de Associação das Artes Mecânicas. (grifos nossos)”³⁰².

³⁰¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Proletários e escravos: imigrantes Portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. In: *Novos Estudos – Cebap*, São Paulo, n.21, 1988, p. 35.

³⁰² AALEPE, Ofício da Associação dos Artistas para o Presidente da Província Antonio

Sabemos que em 1844, após uma violenta manifestação de rua, alguns artesões e obreiros nacionais ligados a essa associação escreveram um requerimento protestando contra a importação de técnicos estrangeiros. Exigiam não só a expulsão desses estrangeiros, mas também a proibição de certos produtos da indústria européia. Não foram atendidos em nenhuma dessas exigências, mas, em compensação, receberam um significativo apoio financeiro durante o governo praieiro³⁰³.

Mas não foi só na época em os praieiros estiveram no poder que a “Associação dos Artistas” teria recebido algum auxílio. Podemos perceber isso, quando lemos um ofício encaminhado ao Presidente da Província, Chichorro da Gama, em 1846, pelos artistas. Pediam que fosse “mantida a cota” que anualmente a Assembléia Provincial conferia a eles, desde 1841, conforme a “Lei do orçamento”. O problema é que, segundo o mesmo documento, nos anos que se sucederam, ficaram “os pobres artistas esquecidos”, sem aquele auxílio³⁰⁴.

O mata-marinheiro daquele ano nos ajuda a entender o protesto como um recurso político, como uma forma de barganha, como um dos possíveis caminhos para pressionar as autoridades a compactuar com a causa dos artistas nacionais. Provavelmente, a Associação dos Artistas Pernambucanos, por ter se tornado um grupo coeso, conseguiu se aproveitar daquele motim para barganhar os interesses de sua categoria.

Pinto Chichorro da Gama. Datado de 01/03/1846. Série Ofícios: Caixa 41 (1846).

³⁰³ Nabuco de Araújo expõe um importante mapa de despesas em que consta uma verba de 500\$000 dada a “Associação d’Artistas”. Ver em NABUCO DE ARAÚJO, José Thomaz. *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Recife, 1847; reedição da Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

³⁰⁴ AALEPE, Ofícios da Associação dos Artistas enviados para o Presidente da Província Antonio Pinto Chichorro da Gama e para a Assembléia Legislativa. Datados de 01 e 06/03/1846. Série Ofícios: Caixa 41 (1846).

Outro caso de manifestação de rua usado para pressionar a cúpula do Partido Praieiro está no princípio de tumulto ocorrido em setembro de 1845, provocado pelo boato a respeito do suposto assassinato de Francisco Carneiro Machado Rios. Segundo Mário Márcio, esse episódio teria sido forjado pelos irmãos Carneiros no intuito de mostrar ao então presidente da província, o praieiro Chichorro da Gama, que eles ainda nutriam grande estima entre o povo da cidade e tinham uma notável capacidade de arregimentar as massas ao seu favor. Os irmãos Carneiros teriam percebido que, dentro do Partido Praieiro, não haveria espaço para algumas das suas ambições políticas, porque havia um grupo privilegiado, composto por Urbano Sabino e Nunes Machado, detentor do apoio de Chichorro da Gama³⁰⁵. Esse foi o jeito que os irmãos Carneiros encontraram para pressionar a direção do partido.

Em relação ao *mata-marinheiro do Colégio*, ocorrido nos dias 26 e 27 de junho de 1848, que resultou em uma petição entregue a Assembléia Provincial, no qual pedia a *nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros, num prazo de 15 dias*, podemos entendê-lo como uma forma de pressionar políticos e autoridades em torno de uma demanda específica. Sabemos que alguns dias antes de estourar esse tumulto, precisamente no dia 03 de junho de 1848, a Câmara dos Deputados na Corte aprovou e enviou a Assembléia Geral um projeto do deputado praieiro Nunes Machado com um único artigo: “É privativo do cidadão Brasileiro o comércio a retalhos. O Governo marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras, que vendem a retalho, atualmente existentes”³⁰⁶. Relatando a atuação de Nunes Machado e demais deputados praieiros nessa campanha, Barbosa

³⁰⁵ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. “O levante de 1845 em Pernambuco”. Op. cit., pp. 37-47.

³⁰⁶ Esse projeto foi divulgado por A Voz do Brasil em data anterior ao mata-marinheiro do Colégio. Só depois foi amplamente divulgado pelo Diário Novo. APEJE, A Voz do Brasil, 21.06.1848.

Lima Sobrinho notou que o projeto aprovado no dia 03 de junho recebeu uma série de alterações: no dia 10, passava a conter dois artigos: “Art. 1. As casas de negócio, de qualquer gênero que seja, nacionais ou estrangeiras, existentes e que se abrirem de novo só obterão licença tendo, pelo menos, um caixeiro brasileiro”. “Art. 2. Ficam isentos do serviço ativo da Guarda Nacional os caixeiros brasileiros”. A questão não só do temido recrutamento militar, mas também das eventuais convocações – quase recrutamentos – para servir nas milícias ou nas diligências envolvendo guardas nacionais também ajudava a fomentar o ódio aos portugueses, já que os estrangeiros estavam isentos dessas obrigações.

Depois de sucessivos adiamentos, no dia 28 de junho, o projeto voltou a ter apenas um único artigo, exatamente igual ao proposto no dia 03 de junho³⁰⁷. Depois do mata-marinheiro do Colégio, a proposta de Nunes Machado ganhou larga publicidade nos jornais. Sua discussão, todavia, sofreu vários adiamentos, sendo encaminhada para parecer da Comissão do Comércio do parlamento. No dia 22 de agosto de 1848, lembra Barbosa Lima Sobrinho, o projeto retornou sob a forma de um substitutivo dessa Comissão. “Art. 1. Ninguém poderá obter licença para ter casa aberta, onde se negocie em fazendas secas ou molhadas, na Corte, capitais de províncias e cidades do litoral do Império, sem que mostre ter ao menos um caixeiro brasileiro, no caso de empregar-se nessa casa mais de um caixeiro”. “Art. 2. § 1. Serão dispensados do serviço da Guarda Nacional, Exército e Armada os caixeiros das casas de negócio, qualquer que seja, em toda a extensão do Império, que tiverem somente um caixeiro nacional. Será igualmente dispensado nas que tiver dois ou três. § 2. Serão isentos dois, três e quatro naqueles em que houver seis, nove ou doze, isentando-se nesta proporção maior número naquelas que o tiverem. Os isentados

³⁰⁷ SOBRINHO, Barbosa Lima. “Urbano Sabino Pessoa de Melo”. In. *Revista do IAHGP* (Recife), 1975, Vol. XLVII, pp. 343-344.

serão designados por seus patrões. § 3. A doutrina do § 1 somente é aplicável aquelas casas que tiverem o duplo, o triplo, o quádruplo ou mais, na proporção dos caixeiros que devem ser isentados”³⁰⁸.

Pelo trâmite do projeto no parlamento, pode-se perceber o cuidado com que o tema foi tratado. Primeiro, foi eliminada a proposta original de proibir o funcionamento de casas de comércio a retalho de propriedade de estrangeiros. Esses estabelecimentos poderiam obter licença de funcionamento desde que tivessem pelo menos um caixeiro brasileiro entre os empregados. Além disso, os caixeiros brasileiros ficariam isentos do serviço na guarda nacional. Essa isenção foi ampliada também para os serviços no exército ou na marinha. Mesmo assim, o projeto de Nunes Machado e suas variantes mais moderadas não foram adiante. Nenhuma dessas propostas teve vida longa, morrendo no Senado, como observou Barbosa Lima Sobrinho³⁰⁹. Mesmo considerando que as exigências contidas naquela representação nunca foram atendidas de fato, não podemos dizer que aquele tumulto que movimentou o Recife por dois dias foi em vão. Ele acabou inserindo reivindicações específicas da “populaça” numa discussão maior, com larga repercussão, levada até ao parlamento. A nacionalização do comércio a retalho era a chave do apoio popular dos praieiros; e isso foi percebido tanto por pela gente comum da cidade como pela direção do partido que, em momentos críticos de sobrevivência política, fazia emergir aquela proposta.

Além dos casos acima citados, a movimentação de rua também foi a forma encontrada pela população não-votante da cidade para participar da vida política institucional do país. Isso porque, na formação do Estado Nacional, a antiga oligarquia proprietária de terras, preocupada com a manutenção de privilégios, buscou afastar certo segmento social das urnas. A sociedade foi dividida em duas categorias

³⁰⁸ *ibidem*, pp. 344-345.

³⁰⁹ *ibidem*, p. 347.

de indivíduos: os cidadãos (aqueles que eram proprietários) e os não cidadãos (os destituídos de propriedade). Assim, condicionava-se a cidadania à propriedade. As barreiras legais impediam a participação popular em larga escala nessas disputas³¹⁰.

Mas isso não impedia que a massa de excluídos desse sistema participasse da escolha de suas lideranças políticas, ainda que de forma indireta. A exemplo disso, temos as eleições gerais de 1844 em Pernambuco. Conforme Manoel Cavalcanti, graças ao apoio popular, os praieiros saíram vitoriosos naquele pleito. Segundo o autor, as camadas mais baixas da sociedade recifense faziam uso de algumas estratégias para superar as barreiras legais, como o voto censitário, que as impediam de ter um papel ativo nas decisões eleitorais. Convocadas pelas lideranças praieiras, essas pessoas atuaram pressionando os votantes e dando apoio às mesas paroquiais dominadas pela praia. Mas também fugiram do controle dos praieiros, quando foram às ruas promover uma onda de fecha-fecha e violência contra os portugueses. Na interpretação do autor, essa era uma manifestação de grupos marginalizados dentro da sociedade recifense, que naquele momento tinham encontrado uma brecha para demonstrar suas insatisfações através do aceno feito pelos praieiros³¹¹. Portanto, o fecha-fecha de 1844 pode ser percebido como um instrumento capaz de ampliar a

³¹⁰ Segundo o § 5 do Art. 92 da Constituição de 1824, são excluídos da lista dos cidadãos ativos “os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego”. Em um artigo com o sugestivo título “Violação escandalosa da Constituição ou Os proletários qualificados pela praia”, o jornal de tendência conservadora O Lيدador acusa o Partido Praieiro de ter aumentado o número de “proletariados” votantes em detrimento da “classe abastada”. Segundo o jornal, o problema estaria no parâmetro de qualificação dos votantes. Isso porque, na época que foi promulgada essa constituição, os rendimentos de “cem mil réis” eram avaliados em “moeda de prata”. Com a grande emissão de “papel moeda” houve uma significativa perda no padrão avaliativo. Então, como diria O Lيدador, “por toda parte a arena eleitoral foi invadida por aqueles mesmos aos quaes (sic) o legislador sabiamente quizera fecha-la (sic)”. Na nova avaliação que o jornal propunha, a renda anual seria agora de “duzentos mil réis”. IAHGP, O Lيدador, 08.01.1848, n. 243.

³¹¹ CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populança”: As eleições gerais de 1844 no Recife. Op. cit., pp. 121-122.